



COELHO, Juliana Soledade Barbosa. **Experimentando esquemas: um olhar sobre a polissemia das formações [X_i-EIR-]_{Nj} no português arcaico.** *Revista Diadorim / Revista de Estudos Linguísticos e Literários do Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro*. Número especial 2013. [<http://www.revistadiadorim.letras.ufrj.br>]

EXPERIMENTANDO ESQUEMAS: UM OLHAR SOBRE A POLISSEMIA DAS FORMAÇÕES [X_i-EIR-]_{Nj} NO PORTUGUÊS ARCAICO

Juliana Soledade Barbosa Coelho^{20*}

RESUMO

Este estudo pretende disponibilizar uma introdução à reflexão acerca da polissemia, não como uma propriedade que afeta exclusiva e individualmente a palavra, mas como um fenômeno cognitivo capaz de integrar uma rede de subesquemas construcionais em torno de um mesmo elemento formativo, nesse caso o sufixo *-eiro*, observado em seu uso no português arcaico (séculos XIII – XVI).

PALAVRAS-CHAVE: Morfologia, Polissemia; Sufixação.

ABSTRACT

This study aims to provide an introduction to reflection about polysemy, not as a property that affects solely the word, but as a cognitive phenomenon capable of integrating a network of subschemes constructional around the same formative element, in this case the suffix *-eiro*, observed in its use in archaic Portuguese (thirteenth and fourteenth centuries).

KEYWORDS: Morphology; Polyssemy; Suffixation.

Apresentação

Este estudo pretende disponibilizar uma introdução à reflexão acerca da polissemia, não como uma propriedade que afeta exclusiva e individualmente a palavra, mas como um fenômeno cognitivo capaz de integrar uma rede de subesquemas construcionais em torno de um mesmo elemento formativo, nesse caso o sufixo *-eir*²¹, observado em seu uso no português arcaico (séculos XIII – XVI).

20. Doutora pela Universidade Federal da Bahia e Universidade de Coimbra, Professora adjunto da Universidade Federal da Bahia. julisoledade@gmail.com.

21. A falta de especificação da vogal átona final na expressão do sufixo aqui analisado deve-se ao fato de que, por um lado, as formas adjetivais e substantivas agentivas - relativas a seres humanos, sempre admitem a sua realização no masculino e no feminino, por outro lado, as demais formações substantivas, referentes a agentes naturais, objetos, locativos e anomalias, embora sejam de gênero único, podem ser realizadas como de gênero masculino ou feminino, sofrendo, nesses casos, forte influência do gênero da palavra base.

Na perspectiva da morfologia construcional, com Booij (2005) e Gonçalves & Almeida (2013), podemos entender que *esquemas* representam generalizações sobre conjuntos de palavras existentes, permitindo, por analogia, a criação e a recepção de novos itens lexicais. Esquemas são, portanto, padrões gerais formulados a partir de unidades de forma-significado-função (*form-meaning-function*) e constituem relações paradigmáticas que, através de características comuns, permitem a abstração de fórmulas capazes de atuar em várias instanciações específicas, podendo ser usados produtivamente. Sob essa perspectiva, o léxico de uma língua deve ser entendido não mais como uma lista de palavras e expressões convencionalizadas, fixas e armazenadas na memória do falante, mas como um componente importante e fundamental da gramática das línguas:

Uma implicação desejável dessa compreensão do léxico como um componente gramatical ricamente estruturado (em vez de apenas uma lista de informações idiosincráticas) é que é possível especificar e fazer referência a relações paradigmáticas entre palavras complexas e entre construções morfológicas. (BOOIJ, 2012b, p.01). [Tradução nossa].

A formação nominal *X-eir-* pode ser lida como a unificação, como quer Booij (2010), ou a compatibilização²², como querem Gonçalves & Almeida (2013), de um item lexical ao esquema $[X_i\text{-eir-}]_{N_j}$. Dessa postulação, entende-se que a base irá compatibilizar as suas propriedades lexicais com as propriedades semântico-gramaticais da construção disponibilizada pelo esquema. No caso das formas *X-eiro*, essa compatibilização pode ser exemplificada através de criações recentes da nossa língua, como *blogueiro* ('pessoa que escreve em blog'), *viadeiro* ('grupo numeroso de viados') e *chicleiro* ('pessoa que é fã do Chiclete' (Banda Chiclete com Banana)).

Segundo Booij (2012a, p.04), "Um idioma construcional é um esquema (morfológico ou sintático) em que, ao menos, uma posição é lexicalmente fixa e, ao menos, uma posição é variável" (BOOIJ, 2012a, p. 04) [Tradução nossa]; assim, substantivos *X-eir-* são constructos operacionalizados pelo esquema em cuja posição fixa encontra-se o sufixo *-eir-* e em cuja posição variável uma base, geralmente nominal, que tem como produto um nome de caráter semântico variável, identificando-se, assim, a polissemia.

O significado desse idioma construcional também é especificado e tomado holisticamente da construção. Se, de um lado, formas morfológicamente complexas são

22. Gonçalves e Almeida (2013, p.13) argumentam: "Julgamos mais interessante nomear esse mecanismo de "compatibilização". Nesse caso, a ideia é que o item combine suas propriedades lexicais com as propriedades semântico-gramaticais da construção. Dessa forma, é instaurada uma relação bidirecional da construção para o item e do item para a construção."

instanciações de esquemas que propiciam outras tantas formações, por outro, palavras (primitivas ou derivadas) evocam conceitos e essa evocação é situada linguística e socioculturalmente. (GONÇALVES & ANDRADE, 2013, p.14).

No caso do sufixo *-eir-*, a polissemia atua significativamente na formulação de subesquemas, proporcionando, como indica Booij (2010), evidências para diferentes níveis de generalização e graus de abstração em uma rede integrada de construções.

Assim, esse artigo é dedicado à experimentação da morfologia construcional, nos moldes propostos por Booij (2009, 2010, 2012a e 2012b), na análise de um conjunto de ocorrências de instanciações com o sufixo *-eir-* no português arcaico. Inicialmente, nas seções 2, 3 e 4, são apresentados os pressupostos básicos da morfologia construcional. Na seção 5, encontra-se a sumarização de alguns dos principais estudos acerca da polissemia do sufixo *-eir-* no português. Finalmente, na seção 6, os dados levantados em textos dos séculos XIII a XVI são analisados à luz da morfologia construcional, levantando-se as insuficiências do modelo no que se refere à descrição de dados empíricos. Por fim, faz-se uma breve reflexão acerca de uma possível formalização das redes polissêmicas do sufixo *-eir-* com base em esquemas do tipo neuronal.

Formação de palavras complexas: motivação e esquemas

Na perspectiva da morfologia construcional, ser um signo linguístico motivado, isto é, não-arbitrário, é uma propriedade gradiente de palavras complexas. Essa propriedade se correlaciona com o grau em que são preservadas as características formais e semânticas relevantes do esquema de formação de palavras e o grau de conservação da herança semântica da palavra base. Quanto maior for a preservação dessas propriedades, mais motivada será a palavra complexa.

Por motivação, entende-se que existe uma relação não-arbitrária entre a forma e o significado de uma construção linguística. Assim, para além das motivações propiciadas pelo esquema, há de se considerar a questão da herança semântica que a palavra complexa pode preservar em relação à palavra base. Por conseguinte, embora o valor agentivo seja prototípico para as formações em *X-eir-*, em palavras como *viadeiro*²³ o valor semântico agentiva ‘profissional’ não cabe na interpretação, uma vez que a base ‘viado/veado’ não sanciona a ‘capacidade de produção de *viados*’; nesse caso, o valor agentivo ‘habitual’, ‘coletivo’ ou ‘locativo’ parecem ser mais compatíveis com o significado da base.

23. A palavra *viadeiro* tem sido empregada na cidade de Salvador para denotar uma grande aglomeração de homossexuais. Por exemplo, um uso identificado no pátio do Instituto de Letras da UFBA: “*O viadeiro da cidade vai estar naquele show*”.

Deve-se admitir, contudo, que há um comportamento gradiente, tanto em relação à preservação das propriedades essenciais do esquema quanto à hereditariedade em relação ao *input*, uma vez que itens lexicais podem ser subespecificados e herdar informações parciais da base, que, por sua vez, também pode, na maioria dos casos, apresentar-se como polissêmica, como é o caso de *viado*.

Para além das implicações de herança, a princípio, as palavras complexas são motivadas pelo esquema pelo qual são dominadas (BOOIJ, 2010). Palavras complexas recém-derivadas herdam suas propriedades previsíveis através da compatibilização de esquemas de formação a bases léxicas. Os esquemas construcionais apresentam essa função de motivação porque forçosamente estabelecem uma relação entre forma e significado.

Com base no que se sabe acerca da aquisição da linguagem, Booij (2012a, p.04) afirma que “esquemas morfológicos são adquiridos com base em um conjunto de palavras complexas memorizadas, isto é, palavras complexas totalmente especificadas” (BOOIJ, 2012a, p.04) [Tradução nossa]. Assim, o falante do português primeiro adquire nomes individuais em *-eir-*, como *pedreiro*, e, após uma exposição suficiente a um conjunto de palavras com semelhante formação, o esquema de nomes agentivos em *-eir-* pode ser apreendido.

Segundo Booij (2010), esquemas construcionais podem ser descritos como capazes de: (i) especificar as informações previsíveis acerca das classes de itens lexicais complexos totalmente enquadrados no esquema, e especificar como novas palavras complexas podem ser cunhadas; e (ii) abarcar subesquemas que incorporam propriedades particulares adicionais ou apresentam propriedades mais específicas de subclasses de itens lexicais.

Esse modelo leva em consideração o fato de que o conhecimento de esquemas morfológicos abstratos depende do conhecimento e armazenamento mental de um conjunto de palavras complexas que instanciam esses padrões. É a chamada *full entry theory* (teoria de entrada plena) (JAKENDOFF, 1997).

Assim, esquemas morfológicos não devem ser vistos como mecanismos formais para alcançar representações lexicais maximamente particularizadas (por exemplo, lexicalizações idiossincráticas). Em vez disso, têm duas outras funções: por um lado, motivam a existência de um conjunto relevante de palavras complexas e, por outro, preveem como esse conjunto pode ser estendido. A função motivadora de esquemas tem o efeito de reduzir o grau de arbitrariedade das relações forma-significado no léxico. Assim sendo, esquemas também estruturam o léxico. Por exemplo, o esquema para o português de substantivos em *-eir-* define uma família de palavras que compartilham propriedades comuns, e, portanto, fornece uma estrutura parcial ao léxico da língua.

Esquemas morfológicos, além de terem a função de especificar como novas palavras complexas podem ser formadas, reduzem a demanda de memória para armazenamento do léxico, uma vez que, como já foi dito, minimizam o grau de arbitrariedade no conjunto de correspondências entre forma e significado especificado no léxico.

Formulando esquemas: propriedades essenciais

Do ponto de vista formal, um esquema construcional de derivação sufixal deve ser assim representado (BOOIJ, 2012a, p.04):

$$(01) \langle [X_i Y_j]_{yk} \leftrightarrow [\text{significado de } Y_j \text{ relacionado a SEM}_{xi}^k] \rangle$$

Os símbolos ‘menor que’ e ‘maior que’ demarcam um esquema de construção, já o símbolo de seta dupla (\leftrightarrow) intercede para explicitar a correlação entre forma e significado. A contribuição do significado da palavra de base, à direita da seta, é coindexado com a parte relevante da estrutura formal do lado esquerdo da seta. O significado (SEM) das palavras de base só é especificado no léxico, ao passo que a contribuição do significado fornecida pelos afixos é especificada nos esquemas de construção, uma vez que seus significados não são acessíveis fora da estrutura morfológica em que eles ocorrem.

Ao se propor a formulação de esquemas para palavras complexas, é preciso estabelecer quais propriedades são essenciais, quais podem ser descartadas e, ainda, quais delas podem ser incidentais. Em primeiro lugar, observemos o aspecto categorial. Deve-se considerar a classe da palavra base (*input*) e a classe do constructo (*output*) como propriedades essenciais a serem incorporadas ao esquema?

Sobre a relevância da categoria do *input*, Booij (2012b) afirma que é possível considerar a categoria da palavra base pertinente ao esquema para casos em que há regularidade e produtividade; em outros casos, o esquema dominante pode prescindir dessa informação, em face de que mais de uma categoria morfossintática seja produtiva dentro esquema.

Um exemplo do primeiro caso seriam formações em *-dor* em português, cuja categoria morfossintática da base léxica é sempre um verbo e qualquer ocorrência que esteja fora desse padrão não será produtiva, ou seja, não será capaz de servir de base para formações similares. Portanto, o esquema construcional que contém o formativo *-dor* poderá ser descrito, considerando a categoria verbal da base:

$$(02) \langle [X_{vi} -dor]_{sj} \leftrightarrow [\text{Agente envolvido em SEM}_{vi}^j] \rangle$$

Nos casos em que ocorrem instanciações fora do padrão, Booij (2012, p.09) considera que

há casos em que a categoria do *input* deve ser uma categoria anulável. Portanto, presumo que a categoria do *input* de um esquema de formação de palavras pode não corresponder à categoria de uma palavra complexa individual. No entanto, nesse caso, a palavra complexa terá um menor grau de motivação (BOOIJ, 2012, p.09) [Tradução nossa].

Um exemplo do segundo caso, em português, são as formações a partir do sufixo *-ismo*, que apresenta uma certa promiscuidade, combinando-se com palavras de classes diversificadas:

(02)	Base	Raiz	Substantivo derivado
	Sc	átomo, derrota	atomismo, derrotismo
	Sp	Lula, Carlos (ACM)	lulismo, carlismo
	A	colonial, favorito	colonialismo, favoritismo
	V	batizar, caquizar,	batismo, catecismo
	C	bota-abaxio, sem-vergonha	bota-abaxismo, sem-vergonhismo
	Sig	PT, PMDB	petismo, peemedebismo

Embora a formação a partir de bases adjetivas (A) seja a mais produtiva ao longo da história da língua portuguesa, observamos que, em sua origem (grega), *-ismós* tinha por base verbos (V) em *-izó*::

- (03) gr. *katékhizó*: *katékhismós*: port. *catequizar*:*catecismo*;
 gr. *hellenizó*: *hellenismós*: port. *helenizar*:*helenismo*;
 gr. *ostrakizó*: *ostrakismós*: port. *ostracizar*:*ostracismo*.

Daí que persistem essas formações, não obstante tenham baixa ou nenhuma produtividade atual. Por seu turno, verifica-se o surgimento de novas possibilidades de formação bastante produtivas, considerando-se as categorias dos substantivos próprios (Sp) e das siglas (Sig), de tal sorte que não parece produtivo, no esquema dominante de *-ismo*, incluir a categoria da base como propriedade essencial, podendo este prescindir dessa informação, que poderá/deverá ser descrita, junto com as especificações semânticas, em subesquemas, quando forem relevantes e produtivas. Destarte, *-ismo* apresentaria um esquema dominante assim configurado:

- (04) $\langle [X_i\text{-ismo}]_{Sj} \leftrightarrow [\text{relacionado a SEMi}]_j \rangle$

Já a categoria do constructo, ou seja, do conjunto de palavras que foi e pode ser gerado por um esquema, parece ser uma propriedade essencial, haja vista, no caso das palavras formadas por esquemas de sufixação, a sua função essencial de determinar a categoria morfossintática do item lexical gerado.

Assim, para Booij (2010, p.12),

as únicas candidatas a propriedades absolutas, não-anuláveis, em esquemas de formação de palavras são a categoria do output de palavras complexas e a forma fonológica de seus morfemas constituintes. No entanto, a forma fonológica pode variar considerando-se os limites da alomorfia. (BOOIJ, 2010, p.12). [Tradução nossa].

Desse modo, a categoria do *output* (constructo) de um esquema de formação de palavras e a sua forma fonológica devem ser vistas como propriedades absolutas, uma vez que estas atuam como definidoras dos esquemas morfológicos. Por exemplo, de um lado, não faz sentido relacionar, em português, adjetivos formados com o sufixo *-nte* (como *vivente* ‘aquele que vive’) ao esquema de formação de adjetivos em *-dor* (como *pensador* ‘aquele que pensa’), pois a forma fonológica distinta requer esquemas distintos; por outro lado, também não é pertinente relacionar adjetivos participiais em *-(a)do* (como *amado*, *cansado*) a um esquema para substantivos coletivos em *-ado* (como *punhado*, *bocado*), já que, embora haja coincidência - parcial - no plano da expressão, há distinção quanto à natureza categorial e semântica do constructo.

No que diz respeito às propriedades semânticas, é importante ressaltar que se configuram como aspecto central da organização do sistema cognitivo e que, portanto, um esquema construcional (quer morfológico, quer sintático) não pode delas prescindir. Contudo, pode-se perguntar se é sempre possível descrevê-las em termos de atributo: combinações de valores. Há casos em que as propriedades semânticas das palavras complexas individuais não estão previstas pelo esquema morfológico dominante. Esse fato decorre de que muitas vezes atuam sobre itens lexicais complexos mecanismos universais de polissemia, decorrentes de extensões metonímicas e metafóricas. Assim, uma palavra complexa pode ter propriedades semânticas que não são motivadas pelo esquema morfológico dominante. Há que se distinguir, porém, os casos em que a polissemia atua sobre um item lexical individual daqueles em que atua sobre um conjunto de itens lexicais que apresentam na sua formação um mesmo elemento morfológico (no caso aqui em questão, o sufixo *-eir-*), em que caberá a explicitação da polissemia do sufixo, por meio de subesquemas.

Em suma, sob a ótica da morfologia construcional, as propriedades que usualmente definem um processo de formação de palavras são: a categoria morfossintática do constructo (*output*), a expressão fonológica do afixo e a correlação semântica da construção morfológica, sendo a categoria morfossintática da base (*input*) uma propriedade passível de ser anulada.

Por fim, acerca dos subesquemas, vale ressaltar a sua função de especificar propriedades semânticas decorrentes da polissemia e também a representação de subpadrões de formação que sejam sistemáticos e produtivos. Assim, na relação hierárquica entre esquemas e subesquemas, pode-se explicitar a existência de subclasses sistemáticas. Os subesquemas, portanto, fornecem características mais

detalhadas das propriedades mencionadas pelo esquema dominante, não sendo um caso de substituição de padrão.

Vale chamar a atenção para o fato de que o critério básico para a proposição de subesquemas é a produtividade de cada subpadrão: se é produtivo, é uma boa razão para supor um subesquema. No entanto, o problema de um uso coerente do presente critério é que a produtividade não é um fenômeno simples do tipo tudo-ou-nada, mas uma questão de grau. Além disso, um subesquema que não apresente produtividade numa dada sincronia pode já a ter apresentado em sincronias pretéritas, o que implicará a existência de itens construcionais herdados de um subesquema inativo, que poderá ser reativado, como bem exemplificam os atuais empregos do sufixo *-ete* (Cf. ALVES, 2010).

Polissemia na visão construcional

Um esquema de formação de palavras atua no sentido de reduzir a arbitrariedade na correspondência forma-significado em palavras complexas, bem como a relação entre a palavra complexa e o termo de base. No entanto, os esquemas de formação de palavras não são os únicos recursos que atuam na redução da arbitrariedade. Há também tipos de redes polissêmicas que motivam a coexistência de mais de um significado para uma palavra simples ou complexa.

Segundo Booij (2012b, p. 16), quatro tipos de redes polissêmicas podem ser postuladas:

- (i) baseada em regras, polissemia não-lexicalizada (por exemplo, *sanduíche de presunto*, ‘cliente que encomendou um sanduíche de presunto’);
- (ii) baseada em regras, polissemia lexicalizada, sem ou com poucas restrições idiossincráticas (por exemplo, *livro*, ‘objeto material, conteúdo’);
- (iii) baseada em regras, polissemia lexicalizada, com restrições idiossincráticas (por exemplo, *escola*, ‘edifício, instituição’);
- (iv) desprovida de regras, polissemia lexicalizada idiossincrática (por exemplo, *mouse*, ‘animal roedor’ > ‘dispositivo de computador’).

A polissemia encontrada em (i) pode ser identificada como não-lexicalizada porque obviamente dela não decorre a formação de um novo item lexical a ser incorporado à língua. Para Booij (2012b), esse tipo de extensão semântica é de natureza pragmática universal. As polissemias dos tipos (i)-(iii) observam o

caráter extensivo que a metonímia pressupõe e, portanto, obedecem a regras acerca do tipo de extensão permitida pelo processo metonímico (parte>todo, todo>parte, conteúdo>continente, continente>conteúdo, instrumento>agente, agente>instrumento, causa>efeito, efeito>causa, entre outras). Já a polissemia de tipo (iv) apresenta caráter metafórico sobre o qual não é possível estabelecer regras.

Assim sendo, há um tipo de polissemia que pode ser baseada em regras lexicais ou esquemas de extensão de sentido ('polissemia regular'), uma vez que é motivada por mecanismos gerais de metonímia. Assim como os esquemas construcionais lexicais, as regras de polissemia também devem ser armazenadas. O exemplo oferecido por Booij (2012b, p.15) é esclarecedor:

- (05) a. Essa é uma excelente universidade.
 b. *A universidade pegou fogo ontem à noite.*
 c. *A universidade entra de férias essa semana.*

Em (05b) e (05c), temos casos de padrões polissêmicos, uma vez que toda instituição pode ser metonimicamente representativa do 'prédio, edificação' em que funciona, bem como do 'conjunto de pessoas que ali trabalham, estudam, atuam'. Com isso, Booij (2012b) propõe esquemas que sejam capazes de traduzir esses padrões:

- (06)
 b. <Ni ↔ INSTITUIÇÃO> ≈ <Ni ↔ EDIFICAÇÃO RELACIONADA A SEMi>
 c. <Ni ↔ INSTITUIÇÃO> ≈ <Ni ↔ PESSOAS RELACIONADAS A SEMi>

Assim, uma polissemia pode também apresentar-se regularmente na formação de palavras complexas, através de afixos polissêmicos. Isso acaba por gerar um padrão, que demandará a necessidade de explicitação de sua sistematicidade, enfim, subsidiando a geração do que se denominam, na morfologia construcional, de subesquemas.

A polissemia do sufixo *-eir-*

A polissemia do sufixo *-eir-* tem sido objeto de diversos estudos em língua portuguesa, quer no Brasil, quer em Portugal. E, embora muito se tenha dito, não se crê que estejam esgotadas as reflexões relacionadas às questões morfológicas e semânticas envolvidas nas operações genolexicais²⁴ promovidas por esse afixo.

24. Entende-se, com Rio-Torto (1999, p. 40), que *operações genolexicais* referem-se a processos de construção/ produção lexical que convocam e ativam "um conjunto de procedimentos/operações formais de natureza morfo-léxico-semântico-sintática mediante os quais, a partir de determinado número de elementos de base, se constroem outros destes decorrentes."

No momento, far-se-á um breve resumo das propostas de análise da polissemia do *-eir-* em cinco trabalhos considerados relevantes, a saber: Marinho (2004), sob uma perspectiva histórica e gerativista; Viaro (2006) e Rio-Torto (2008), sob uma perspectiva historicista; Gonçalves & Almeida (2005) e Pizzorno (2010), esses dois últimos sob o ponto de vista cognitivista.

A hipótese assumida por Marinho (2004), após análises históricas a respeito dos formativos *-ário* e *-eiro*, é a de que o chamado “englobamento” presente em nossa língua reflete a ordem de aparecimento das acepções: “[...] conforme as acepções aparecem, os vocábulos do novo grupo semântico *englobam* em si a possibilidade de veicular a acepção surgida anteriormente” (MARINHO, 2004, p. 92). Além das contribuições formais, Marinho (2004) faz uma rigorosa subdivisão de acepções para o sufixo *-eir-*, elencando um total de onze grupos semânticos²⁵, cada qual representado por uma regra específica (de formação de palavras e/ou de análise estrutural; RFP e RAEs, nos moldes de BASÍLIO, 1980).

Chama a atenção, nessa perspectiva, a proposição de uma RFP diferente para cada acepção, não levando em conta o elo formal e semântico existente entre eles, ou seja, desconsidera-se a unidade do ponto de vista da expressão e também as relações polissêmicas do ponto de vista do significado, embora estas estejam de certa forma até previstas no que identifica como “englobamento semântico”: agente > local (‘agente’ e ‘local’) > árvores (‘árvore’, ‘agente’, ‘local’). Nas palavras de Marinho (2004, p. 92), “[...] um agente possui somente esse traço semântico. Locativos englobam, além da significação de local, a de agente. E as árvores, por fim, apresentam traços semânticos de árvore, agente e local.”

Seguindo o percurso etimológico, semelhante ao produzido por Marinho (2004), Viaro (2006) promove uma proposta de classificação e genealogia dos significados de *-eir-*, afirmando que a sua extensa rede polissêmica apresenta, ao menos, cinco etapas distintas, a saber: (a) inicialmente, as formações *X-eiro* possuíam o valor ‘relacional’ e ‘denominal’ na formação de adjetivos, que, posteriormente, adquiriram caráter substantivo — tal significação primitiva teria relação com a significação original do *-arius* latino, do qual se origina o *-eir-*; (b) *X-eiro* passa a formar substantivos com valor de ‘profissão’ e, paralelamente, vincula-se a nomes de plantas frutíferas, produzindo muitas formas a partir do séc. XVI e posteriormente, no século seguinte, assume o valor gentílico (*brasileiro*, *campineiro*); (c) por meio de metaforização do conceito de profissão, *X-eiro* passa a atribuir funções a objetos (*saleiro*, *charuteira*, *geladeira*), e dessa função de guardar, passa facilmente a locais (*galinheiro*); (d) *X-eiro* passa, ainda, através de metonimização, a representar a quantidade do que está sendo guardado, donde derivaria o

25. As acepções estabelecidas por Marinho (2004) são as seguintes: (a) *agentes profissionais*: “açougueiro”, “arumadeira” etc.; (b) *agentes habituais*: “arruaceiro”, “macumbeiro” etc.; (c) *árvores frutíferas*: “abacateiro”, “cerejeira” etc.; (d) *acúmulo/excesso*: “aguaceiro”, “barulheira” etc.; (e) *instrumentos*: “assadeira”, “batedeira” etc.; (f) *locativo*: “galinheiro”, “banheira” etc.; (g) *objeto de uso pessoal*: “caneleira”, “chuteira” etc.; (h) *anomalias/enfermidades*: “boqueira”, “olheira” etc.; (i) *qualidades ressaltadas*: “barateiro”, “certo” etc.; (j) *formações naturais*: “argileira”, “geleira” etc.; e, por fim, (l) *gentílicos*: “brasileiro” e “mineiro”.

valor coletivo (*formigueiro, vespeiro, cabeleira, montoeira*), por generalização quantidade migra para intensidade (*nevoeiro, poeira*); (e) por fim, assume um traço multicausal de pejoratividade, associando-se a bases concretas (*pianeiro*) e abstratas (*bandalheira, ladroeira, choradeira, asneira*) e, sobretudo, a doenças e outras indisposições (*leseira, canseira, gagueira, cegueira e pasmaceira*).

Em suma, o roteiro histórico proposto por Viaro (2006) sugere o seguinte percurso no desenvolvimento da rede polissêmica de formações *X-eiro*:

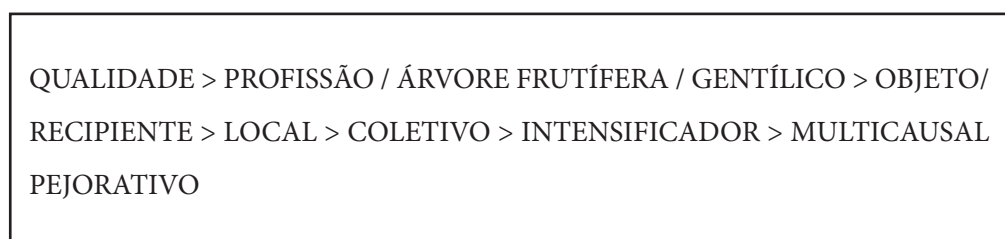


Figura 01. Percurso histórico da rede polissêmica das formações *X-eiro*, segundo VIARO, 2006.

Com base na análise de dados empíricos diversos, datados do português arcaico (século XII) ao português contemporâneo (século XX) (extraídos de Coelho 2004, Viaro, 2006 e de dados contextualizados localizados em www.corpusdoportugues.org), Rio-Torto (2008) faz uma crítica contundente à aplicação de modelos que preveem evoluções unidirecionais das conceptualizações, metaforizações e metonimizadas envolvidas em processos cognitivos que implicariam um suposto encadeamento lógico de organização mental das unidades linguísticas. Afirma que:

O esquema de Heine *et al.* (1991: 157) PERSON-OBJECT-ACTIVITY/PROCESS-SPACE-TIME-QUALITY, se bem que sequencialista, reflecte alguns dos valores associados aos derivados em *-eir-*. Mas onde incluir os valores de intensidade, de avaliação e de expressividade de alguns produtos em *-eir-* (*bigodeira, discurseira, snobeira*), e que representam uma fonte de renovação genolexical singular no transcurso dos paradigmas derivacionais do português? (RIO-TORTO, 2008, p. 227)

Os sentidos detectados pela autora seguem a descrição proposta por Viaro (2006 e 2007), incluindo algumas subespecificações para o que o autor denomina de multicausal pejorativo, como propriedades/attitudes (*baboseira, parvoeira*), processos (*barulheira, tosseira*), estados (*nervoseira, preguiceira*) e fenômenos metereológicos (*caloreira, inverneira*).

Segundo Rio-Torto, os dados revelam que não existe correspondência entre a explicação de base cognitivista aventada e a realidade empírica observada, uma vez que a deriva semântica proposta

não corresponde à cronologia de uso do sufixo, nem incorpora o percurso das co-ocorrências efetivamente registradas nas diferentes classes semântico-derivacionais em que *-eir-* está presente.

Como exemplo da privação de lógica em um encadeamento sequencial dos sentidos que *-eir-* licencia, Rio-Torto afirma:

Desde sempre os locativos (*lamaceiro, esterqueira*) acusaram marcas de grande quantidade, de intensidade, de excessividade e de avaliação (tendencialmente negativa), do mesmo modo que aos atributivos (*aventureiro, fofoqueiro, grosseiro, mentireiro, mexeriqueiro*) e aos atitudinais (*asneira, baboseira, maroteira*) também se associam traços de intensidade, de excessividade e de avaliação. Este filão alargou-se a outros nomes, deadjectivais e denominais, que explicitam propriedades/atitudes (*baboseira, parvoeira*), processos (*barulheira, tosseira*), estados (*nervoseira, preguiceira*), mesmo que metereológicos (*caloreira, inverneira*). (RIO-TORTO, 2008, p. 239)

Assim, a autora sugere que se opte por uma análise não-sequencialista, que seja capaz de dar conta de representar os esquemas de simultaneidade dos vários valores do sufixo, desde os mais remotamente atestados, aos mais recentes, sendo necessário incorporar “a multipolaridade – intrassistémica e extrassistémica – de rumos de mudança envolvidos, que consagre as diferentes modalidades de enriquecimento semântico e/ou pragmático activadas”. (RIO-TORTO, 2008, p. 239).

Em Pizzorno (2010), do mesmo modo que em Marinho (2004) e em Gonçalves & Almeida (2005), encontramos a defesa da prototipicidade do valor agentivo. Para Pizzorno, a partir desse valor semântico, de alto grau de centralidade, teriam sido projetados os demais sentidos. Por metonímia referencial teria passado de agente a local e por metonímia conceptual, de agente a excesso e de excesso a anomalia. Por extensão metafórica, teriam se originado os sentidos de vegetal e objeto, como se observa na representação a seguir:

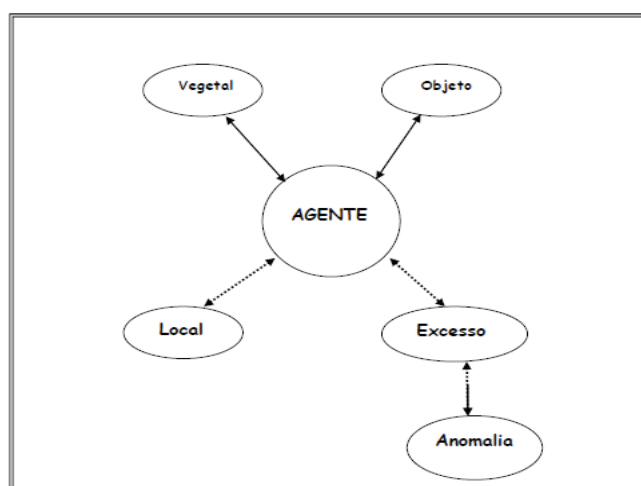


Figura 02. Rede polissêmica das formações em *X-eiro* (PIZZORNO, 2010).

Assim, a autora propõe um *continuum* entre os grupos semânticos das construções *X-eir-*:



Figura 03. *Continuum* das formações em *X-eiro* (PIZZORNO, 2010).

Nesse caso, chama a atenção que Pizzorno não considera as formações *X-eir-* de valor ‘relacional e denominal’, como identifica Viaro, ou ‘modal’ como querem Gonçalves e Almeida (2005). Para estes dois últimos autores, existem 6 agrupamentos semânticos em torno do sufixo *-eir-*, a saber: 1) agentes profissionais: ‘jardineiro’, ‘coveiro’ e ‘açougueiro’, 2) agentes habituais: ‘fofoqueiro’, ‘futriqueiro’ e ‘faroleiro’; 3) agentes naturais: ‘coqueiro’, ‘jambeiro’, ‘abacateiro’ – sendo as formações de 2 e 3 consideradas decorrentes de processos metonímicos; 4) locativos, em que incluem objetos ou espaços que têm em comum o fato de reunirem/guardarem elementos múltiplos da espécie designada pela base: ‘sal’/‘saleiro’, ‘açúcar’/‘açucareiro’, ‘galinha’/‘galinheiro’; 5) intensificadores, onde estariam incluídas formas que designam o modo da ação que pode ser intensificada pela metonímia “substância por seu excesso”: ‘lamaceiro’, ‘nevoeiro’ e, por fim, 6) modais: um grupo de vocábulos que têm por base um adjetivo de caráter geral, cuja propriedade é atribuir valor a um modo de ação: ‘certo’/‘certo’, ‘grosso’/‘grosso’.

Diferente de Pizzorno, que não inclui os qualificadores ou modais em sua análise, Gonçalves e Almeida (2005) – e diferentemente de Marinho (2004) e Viaro (2006), que atribuem historicamente a *-eir-* esse valor primitivo – deslocam o valor ‘modal’ para a outra extremidade da teia polissêmica, sendo para eles decorrente de uma alteração de foco, ou seja, focaliza-se o modo ou atributo da ação em lugar do agente, e ainda afirmam que esse grupo “parece ser mais naturalmente gerado dos agentes habituais pelo fato de ambos envolverem um caráter atributivo de julgamento: tanto é que os habituais podem ocorrer como adjetivos e os modais já são derivados diretamente de adjetivos”. (2005, p. 09). Essa postura parece estar diretamente relacionada à proposta do esquema de gramaticalização de Heine et al.: PERSON-OBJECT-ACTIVITY/PROCESS-SPACE-TIME-QUALITY.

Contudo, essa visão se contrapõe a observação de Rio-Torto, acerca de dados empíricos, pois, segundo a autora:

Antes do século XIII, os produtos em *-eir-* são essencialmente adjetivos (*dianteiro*, *traseiro*) e nomes de agentes de actividades profissionais (*vaqueiro*), dando continuidade ao valor latino de *-ARIU-*. A construção destes dois tipos de derivados nunca foi desactivada pela língua, até ao presente (cf. *boavisteiro* ‘(simpatizante, adepto) do Boavista’, *doleiro* ‘vendedor de dólares’). Rio-Torto (2008, p. 232)

Considerando o que nessa seção foi dito, levanta-se a seguinte questão: será o modelo da morfologia construcional proposto por Booij (2005, 2010, 2012b) capaz de dar conta da descrição das relações e interpenetrações que a rede polissêmica do sufixo *-eir-* no português arcaico revela?

Testando esquemas: a polissemia das formações $[x_i -eir-]_{nj}$ no português arcaico

Com base em levantamento de ocorrências de formações $X-eir-$ no português arcaico (doravante PA), feito por Coelho (2004)²⁶, foram identificados 105 itens lexicais distintos em cujo processo derivativo figura esse sufixo.

As instanciações promovidas pelo sufixo $-eir-$ revelam-se abundantes no PA e, semanticamente, apresentam-se quase todos os sentidos analisados pelos autores referidos na seção anterior. Segundo a classificação de Marinho (2004), dos 11 sentidos, apenas não se identificam: ‘acúmulo/excesso’: *aguaceiro, barulheira*; ‘formações naturais’: *argileira, geleira* e ‘gentílicos’: *brasileiro, campineiro, mineiro*. Segundo a classificação de Rio-Torto (2008), não se verificam os sentidos ‘depreciativos relativo a propriedades/attitudes’ (*baboseira, parvoeira*), a ‘processos’ (*barulheira, tosseira*), a estados (*nervoseira, preguiceira*), e a ‘fenômenos metereológicos’ (*caloreira, inverneira*). Tomando como referência as proposições de Viaro (2006), não se identificam os sentidos de ‘coletivo’ (*formigueiro, vespeiro, cabeleira, montoeira*) e formações com sentido multicausal de pejoratividade, que se associam a bases concretas (*planeiro*) e abstratas (*bandalheira, ladroeira, choradeira, asneira*). Contudo, acerca desse sentido, identificou-se, uma ocorrência referente a ‘anomalias, doenças e outras indisposições’ (*olheira*). Considerando-se as proposições de Pizzorno (2010), não se atestou o sentido de excesso, segundo a exemplificação da autora. Sobre a classificação de Gonçalves e Almeida (2005), não se revelou, nos dados do PA aqui analisados, o emprego de $-eiro$ com caráter intensificador.

O primeiro aspecto que cumpre destacar, do conjunto de dados analisados, diz respeito ao comportamento categorial dos constructos: do total de instanciações, 75 referem-se a substantivos, enquanto 30 referem-se a adjetivos (*aguireiro, arteiro, braceiro, certo, derradeiro, dereitureiro, duradeiro, estrangeiro, faagueiras, falseiro, herdeyra, justiceiro, ligeiro, louuadeiro, mentideiro, mentireiro, merceiro, omezieyra, parceiro, peliteiro, praceiro, parleiro, postumeiro, sabedeiro, solteiro, tenreiro, verdadeiro, virtudeiro, viandeiro, usureiro*).

26. Os dados recolhidos por Coelho (2004) contabilizam um total de 4.789 palavras formadas por sufixação, dentre as quais 418 são instanciações do esquema $[[X]_i -eir-]_{nj}$, eliminando-se as repetições, computa-se um total de 105 ocorrências. Os dados são originários de fontes diversas no que diz respeito à natureza tipológica dos textos analisados: fontes secundárias, para a primeira fase – séculos XII e XIV e fontes primárias para a segunda fase - séculos XV e XVI. A documentação selecionada para a primeira fase do PA (galego-portuguesa) corresponde a três tipos: (i) documentação poética: glossário da edição crítica do *Cancioneiro da Ajuda* (VASCONCELOS, 1990); glossário da edição crítica das *Cantigas de escárnio e de mal dizer* (LAPA, 1965); e glossário da edição crítica das *Cantigas de Santa Maria* (METTMAN, 1972); (ii) documentação em prosa não literária (documentos de natureza jurídica): glossário da edição crítica do *Foro Real* (FERREIRA, 1987); (iii) documentação em prosa literária, traduzida: *Índice geral de palavras lexicais dos Diálogos de São Gregório* (MATOS E SILVA, 1971), ou escrita em português: *Orto do Esposo* (MALER, 1964). Para a segunda fase do PA, considerou-se as 100 primeiras páginas das obras em prosa, originais e traduções, produzidas em Portugal no referido período, a saber: *Cronica de D. Pedro de Menezes*, de Gomes Eanes de Zurara (BROCARDO, 1997); *Crónica de D. Pedro*, de Fernão Lopes (MACCHI, 1966); *Vida e feitos de Júlio César* (MATEUS, 1971); *Vida e feitos de D. João II*, de Garcia de Resende (VERDELHO, 1994).

No PA, essas instanciações revelam, todavia, um esquema produtivo de formações de adjetivos *X-eir-*, uma vez que apenas 05 constructos tiveram sua formação atestadas em dicionários latinos ou em dicionários etimológicos, a saber: *derradeiro* < **derrat(r)arius* < *derretrarius* < *de retro* (locução adverbial); *falseyro* < *falsarius*, *a, um*; *parceiro* < *partiarius*, *a, um*; *peliteiro* < *pellatarius*, *a, um* e *usu-reiro* < *usurarius*, *a, um*. Excetuando-se *ligeiro* e *estrangeiro*, cujo étimo é francês, todas as demais 23 formações parecem provir de étimo vernacular.

Quanto à categoria da base das formações adjetivais, observa-se que não há uniformidade no processo: verbos (*herdar*, *parlar*), substantivos (*açuiro* (*agouro*), *arte*, *braço*, *dereitura*, *faago*, *justiça*, *mentira*, *merce*, *parte*, *praça*, *verdade*, *virtude*, *vianda*, *usura*), adjetivos (*certo*, *falso*, *estrangér* (*fr.*), *le-gér* (*fr.*), *pellax* (*lat.*), *póstumo*, *solto*, *tenro*) e formações participiais (*durado*, *louuado*, *mentido*, *sabido*) servem como *inputs* desses constructos, além da locução adverbial (*de retro*) e da base presa (*omezi-* < *lat. homicida*).

Merece ainda destacar que a grande maioria dos adjetivos encontrados nesse período refere-se a qualificações relativas a seres humanos, como se observa em “...*nam quis concertar nem fazer ho casamento com a princesa herdeyra de Castella*.” (*Vida e feitos de D. João II*, p. 152). Porém, também se verificam, em raros casos, usos em que o objeto de qualificação não é humano, como em: “*Çerto he que ho rreter desta cidade ao seu derradeiro fim não he outra cousa senão fama e nome...*” (*Crónica de D. Pedro de Menezes*, p.189), “... *e perdõaron o outro da sanna omezieryra...*” (*Cantigas de Santa Maria*, p.213) e “...*que eu posso aver verdadeiro conhecimento...*” (*Crónica de D. Pedro de Menezes*, p.172). Sobre esse aspecto, ressalte-se também que o valor pejorativo/depreciativo dos adjetivos em questão está exclusivamente relacionado à semântica das bases, não sendo verificado qualquer aspecto de pejoratividade em bases de valor apreciativo ou neutro.

Chama a atenção, no caso das formações adjetivais, que, quando a palavra base é um substantivo concreto, os valores licenciados remetem a subnoções locativa ou instrumental. No caso de *bra-ceiro*, a noção locativa pode ser subentendida a partir da compreensão de *braço* como ‘parte/local²⁷ do corpo’; já em *praceiro* a noção ‘locativa’ é tomada diretamente da base *praça*, ‘local onde se sociabiliza’, e daí *praceiro* passar de ‘pessoa que usualmente frequenta a praça’ para ‘sociável’. Já a noção de objeto perpassa os adjetivos em *-eir-* cuja base é um objeto ou um produto: em *merceeiro* e *viandeiro*, as bases *mercê* (‘dinheiro’) e *vianda* (‘boa comida’) remetem a uma relação do sujeito agente (portador de uma qualidade X) com o objeto/produto que serve como base.

Com isso pretende-se demonstrar que, embora sejam valores implícitos e não objetivos da relação esquemática de instanciações em *-eir-* adjetival, as noções de ‘local’ e ‘objeto’ poderiam encontrar

27. Em frases relativas ao corpo podemos encontrar usos linguísticos que demonstram que esse é compreendido metaforicamente como espaço “Em que parte/local do corpo ele foi ferido? Ou ainda” Você está sentindo dor em que parte/local?”

respaldo exemplificativo em formações de natureza modal. Contudo, esses traços ficam muito mais explícitos quando o esquema ‘agetivo’, derivado do ‘modal’, passa a ser mais produtivo.

Por fim, destaque-se que todas as formas adjetivais aqui levantadas apresentam a possibilidade de variar quanto ao gênero (*derradeiro/derradeira, omezieyro/omezieyra, usureiro/usureira* etc.), sendo, portanto, justificável a supressão da vogal átona final do corpo fônico do sufixo na proposição de um esquema construcional.

Considerando-se as propriedades essenciais que regem a formulação de esquemas, segundo propõe Booij (2012), as formações de adjetivos *X-eir-*, que, portanto, contemplam uma natureza categorial do constructo diversa em relação às formações substantivas, demandam a necessidade de gerar um esquema particular para essas instanciações, uma vez que a categoria do *output* apresentaria caráter determinante no processo derivacional. Assim, para essas formações, identificadas por Viaro (2006) como de natureza ‘relacional ou denominal’ e por Gonçalves e Almeida (2005), como de natureza ‘modal’, o seguinte esquema construcional pode ser formulado:

$$(07) \langle [[X]i-eir-]Aj \leftrightarrow [qualidade relacionada a SEMi]j \rangle$$

Com base na informação de que teria sido esse o sentido primevo dos constructos *X-eir-*, de acordo com estudos de natureza etimológica promovidos por Marinho (2004) e Viaro (2006), cumpre questionar se de fato há um esquema construcional distinto ou se, considerando-se a contiguidade e a fluidez pertinentes às categorias de substantivo e adjetivo, há de se propor um único esquema dominante cuja categoria do *output* receberia a designação de *nome*, afinal, parece pertinente a relação de extensão de sentido entre esses adjetivos – em sua maioria qualificativos humanos – e os substantivos agentivos (profissionais e habituais) que também possuem propriedade de qualificação. Além disso, em alguns adjetivos desse conjunto já se podem verificar alguns sentidos que se encontram em instanciações substantivas que demandam subesquemas em face de sua produtividade, como a noção de frequência, como em *mentireiro* e *falseyro*, e a noção de intensidade, como em *certeiro*, *duradeiro* e *tenreiro*.

Em suma, seria a categoria morfolexical do constructo, no caso de categorias contíguas como substantivo e adjetivo, uma propriedade relevante para determinar o armazenamento de esquemas distintos? Não parecem ser as relações semânticas, historicamente atestadas, mais relevantes nesses casos, como se vê em *vinheiro*, que deriva do adjetivo latino *vinearius*, *a*, um ‘relativo a vinha’ e posteriormente passa a designar a ‘pessoa que trabalha nas vinhas’?. Outra questão relevante, na hierarquização do léxico e dos esquemas, é se as relações de extensão metafórica e/ou metonímica que implicam a polissemia do sufixo podem ser descartadas em função de um comportamento categorial distinto. Cumpre ainda questionar se, no caso das formações de adjetivos em *-eir-*, na sincronia atual, os falantes

operam aquilo que Gonçalves e Almeida (2005) chamam de alteração de foco, ou seja, a focalização do modo ou do atributo da ação em lugar do agente ou se tomam como parâmetro antigas formações dessa natureza que servem como modelo/exemplo para novas formações.

No PA, as formações substantivas identificadas no *corpus* analisado representam 75 instanciações. Foram identificados quatro sentidos centrais de *-eir-*: ‘agente’, ‘objeto’, ‘local’ e ‘anomalia’. Por sua vez, a noção de ‘agente’ se subespecifica em três noções distintas: ‘agente profissional’, ‘agente habitual’, ‘agente natural’; o valor ‘objeto’ se subdivide em duas noções básicas: ‘recipiente’ e ‘instrumento’; a noção de ‘local’ também sofre subespecificação em ‘recipiente’ e ‘local relacionado a x’. Somando-se esses subpadrões à noção de ‘anomalia’, obtém-se um total de 8 valores para as construções de substantivos em *-eir-*.

Assim, segundo a proposta da morfologia construcional, tomando-se por base as formações substantivas no PA, o quadro representativo do esquema dominante de *-eir-* e seus principais subsesquemas seria assim estruturado:

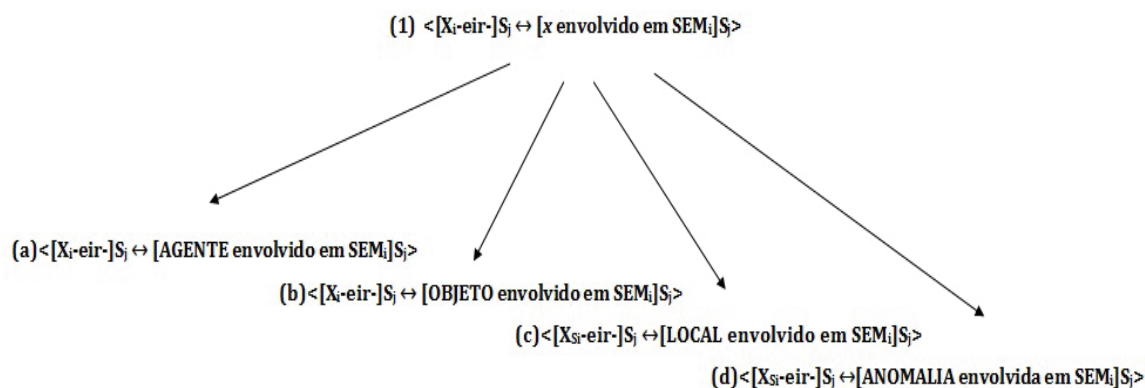


Figura 04. Esquema dominante e subsesquemas principais das formações em *X-eiro*.²⁸

Observe-se que no esquema dominante acima está suprimida a informação sobre a categoria da base, assim como nos esquemas *a* e *b*. Deve-se isso ao fato de que em todas as noções aqui identificadas existem instanciações que tomam por base palavras de diferentes categorias morfofossintáticas, prevalecendo substantivos, mas também se verificam formações a partir de participípios e de verbos. Apenas nos esquemas *c* e *d* pode-se incluir a categoria da base, por se tratar de uma esquematização que parte de dados empíricos do PA e de um conjunto de dados restrito.

28. Na imagem da proposição dos esquemas pode parecer que se pressupõem um desencadeamento gradual de um sentido a outro, contudo, não foi essa a intenção, uma vez que nas orientações da morfologia construcional os subsesquemas organizar-se-iam em sequência linear, contudo, por limitações acerca do tamanho da fonte em relação ao tamanho da página, foi impossível formular o esquema linearmente.

Os substantivos agentivos representam um total de 47 ocorrências: 29 ‘agentes profissionais’, 15 ‘agentes habituais’ e apenas 3 ‘agentes naturais’. O número superior de agentes profissionais já indica o percurso que levaria essa acepção a assumir a centralidade/prototipicidade das noções de *-eir-*.

O subesquema de agentes profissionais apresenta alta produtividade no PA, sendo 18 formações de provável origem vernacular²⁹ (*albergueyro; armeiro; barbeiro; caleiro; çapateiro; carveiro; cavaleiro; despenseiro; espingardeiro; estrabeiro; falcoeiro; fronteiros; lagareiro; mercadeiro; monteiro; pessoeiro; pousadeiro; sorteira*). As instanciações cuja formação remontam ao latim somam um total de 11 itens lexicais. Verificam-se 2 ocorrências registradas apenas como formações adjetivas no latim (*tesoureiro* < *thesourarius, a, um* ‘relativo a tesouro’ > ‘que cuida das finanças do reino’, *vinheiro* < *lat. vinearius, a, um,* ‘relativo a vinha’ > ‘que trabalha nas vinhas’). Para as demais formações, é bastante comum encontrar, na língua latina, formas nominais em ambas as categorias: adjetivos e substantivos (cf. *testamenteiro* < *testamentarius, a, um* ‘relativo a testamento’ e *testamentarius, ii* ‘que falseia testamento’ > ‘pessoa que redige e guarda o testamento do rei’³⁰). Esse dado é de grande relevância para atestar a relação intrínseca e fundamental entre as formações adjetivas e as agentivas profissionais.

A categoria do *input* nas formações agentivas profissionais apresenta grande homogeneidade, sendo encontradas 29 bases substantivas; isso implica que a categoria da palavra base deverá ser explicitada no respectivo subesquema.

Observe-se que a ideia de locativo se encontra presente em muitas das formações de agentes profissionais, no sentido de ‘pessoa que pratica profissão em local X ou relacionada a local X’ (*albergueiro, despenseiro, caleiro* ‘pessoa que trabalha nos fornos de cal’, *camareiro, porteiro*). Daí ficar patente a relação de extensão de sentido de natureza metonímica ‘agente’ > ‘lugar’, que também pode ser verificada em empregos atuais do tipo, “*Vou ali na costureira ver quanto fica para fazer esse vestido da revista.*”, “*Estive no açougueiro mas não tinha carne seca.*”.

Os substantivos agentivos habituais também apresentam-se como um subesquema produtivo no PA, com apenas 2 formações latinas (*conselheiro* < *consiliarius, a, um; obreiro* < *operarius, ii* < *operarius, a, um*) e 13 formações de provável origem vernacular (*companheiro, guerreiro, feiticeira, jornalista, leiteira, mandadeiro, mensageiro, pregoeiros, prisioneiro, quinhoeiro, soldadeira, sorteiro, trombeiro*). Diferentemente dos agentivos profissionais, há alguma, embora restrita, heterogeneidade categorial entre as bases formativas das instanciações habituais. Em sua maioria, os *inputs* são categorizados como substantivos, mas há casos em que se encontra uma locução adverbial *companheiro* < *cum panis*,

29. A modalização (uso de *provavelmente*) quanto ao étimo das formações ditas vernáculas tem relação com o fato de que, embora não atestadas nos dicionários latinos e etimológicos, algumas instanciações podem ter sido formadas em épocas anteriores à constituição da língua portuguesa como sistema linguístico autônomo.

30. Sobre esse exemplo, cumpre notar, no percurso evolutivo de sua carga semântica, a perda do valor pejorativo, o que se opõe ao que se tem dito acerca do sufixo *-eir-*, que ao longo da história teria assumido um caráter depreciativo de alta produtividade.

e um formação participial *mandadeiro* < *mandado*. Dessa forma, o subesquema ‘agente habitual’, a ser elaborado acerca os dados do PA aqui analisados, deve prescindir da explicitação da categoria da base.

Assim como nos modais, os substantivos que denotam agentes habituais revelam poucos casos de relação com valor locativo ou instrumental, mas os poucos casos atestados indicam que essa noção também se configura como uma possibilidade dentro do escopo de formação desses substantivos. Assim como os agentivos profissionais, os habituais não revelam a noção de intensidade associada a eles, mas sim a noção de frequência.

Os agentes profissionais e habituais compartilham a característica de referir-se, exclusivamente, a agentes humanos e compartilham, com os agentes naturais, a noção de seres animados. Os agentes humanos (profissional e habitual) carregam consigo a propriedade de variação de gênero, diferentemente dos agentes naturais que, como se sabe, serão de gênero único, ora masculino, ora feminino, propriedade que herdaram do substantivo base de sua formação; contudo, nos dados aqui analisados, apenas foram encontradas formações de gênero feminino (*figueira*, *maceeira*, *oliveira*).

As ‘plantas que produzem fruto X’ têm sido entendidas como agentes naturais/vegetais - por extensão metafórica do sentido de agentes profissionais -, como se pode observar nas análises de Gonçalves e Almeida (2005), Viaro (2006), Rio-Torto (2008) e Pizzorno (2010). Nos dados do PA foram encontradas apenas 3 ocorrências, sendo duas formações vernaculares (*maceeira* < *maçã*; *oliveira* < *oliva*) e 1 ocorrência de étimo latino (*figueira* < *ficarius*, *ii* ‘que procura figos, negociante de figos’ < *ficarius*, *a*, *um* ‘relativo a figos’). Note-se que o percurso etimológico de *figueira* parece atestar o trajeto da relação metafórica aventada pelos autores aqui mencionados. Por sua vez, os agentes naturais carregam em si o valor intrínseco de ‘local’, uma vez que, por serem agentes animados fixos, servem de referência espacial, p.ex.: ‘*a pe dũa figueira*’ (*Cantigas de Santa Maria*, p.107).

A categoria do *input* dos agentes naturais se mostra homogênea nos dados analisados, em todos os casos, tem-se um substantivo.

Com essas informações aqui arroladas, pressupõe-se que os subesquemas de valor agentivo podem ser assim organizados:

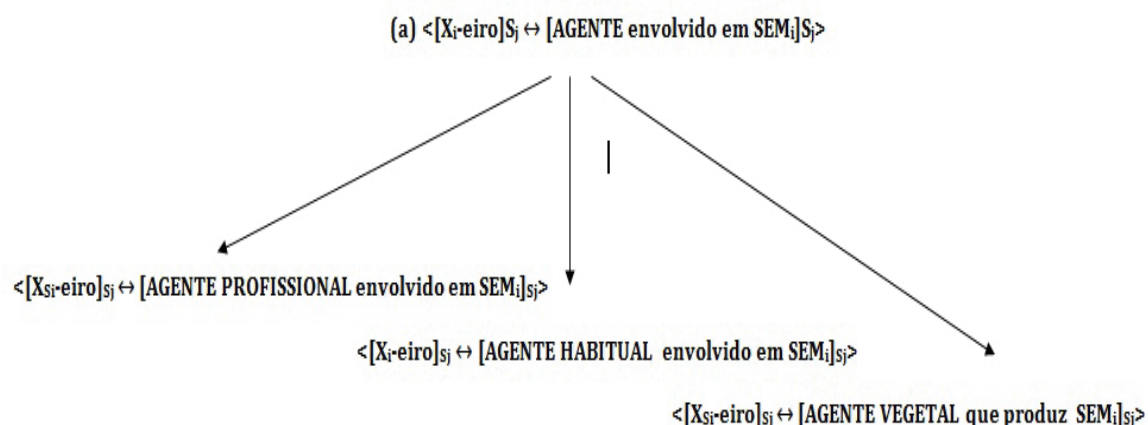


Figura 05. Subesquemas de 'agente' das formações em *X-eir-*

Em suma, todos os agentivos compartilham um conjunto de propriedades semânticas que se apresentam sistematicamente nas instanciações, como 'qualidade', 'função' e 'frequência', que os relacionam intimamente, bem como podem focalizar propriedades semânticas incidentais, como 'local', 'objeto'. Contudo, na formulação de esquemas construcionais, tais informações, assim como o vínculo de relações que esses conteúdos permitem inferir, não estão previstos.

A noção de 'objeto' tem sido entendida como uma extensão de sentido do valor 'agentivo humano', uma vez que instrumentos podem ser concebidos, por extensão metafórica, como agentes impessoais ou, ainda, por extensão metonímica, como relacionados ao objeto com que se pratica uma ação.

No PA, dois valores distintos se associam à noção de objeto: 'instrumento', com 05 instanciações, e 'recipiente', com 07 ocorrências. Em ambos os casos, tem-se esquemas produtivos no PA.

Acerca dos nomes de instrumentos, todos os 05 são de provável origem vernacular (*aguadeiro*, *bandeira*, *joelheira*, *sombreiro* e *topeteira*). A categoria da base é de natureza substantiva em 04 exemplos e participial em apenas 01; contudo, como destacamos, isso implica abrir mão da explicitação da categoria do *input* no esquema a ser formulado.

Sobre a natureza semântica dessas instanciações, cumpre notar que parece, de fato, haver relação com os agentes humanos, uma vez que embora a ideia de 'ação' não seja especificada nem pela base nem pelo sufixo, permanece vinculada às instanciações, fazendo parte dos *frames* do constructo, que, por sua vez, se justifica pela vinculação desses elementos ao esquema imagético de evento. Assim, nos exemplos acima analisados, pode-se ler:

Aguadeiro [Instrumento que exerce uma função* relacionada à semântica da base]
*conter

Bandeira [Instrumento que exerce uma função* relacionada à semântica da base]
*representar

Joelheira [Instrumento que exerce uma função* relacionada à semântica da base]
*proteger

Sombreiro [Instrumento que exerce uma função* relacionada à semântica da base]
*produzir

Topeteira [Instrumento que exerce uma função* relacionada à semântica da base]
*proteger

Dessa maneira, entende-se que as formais verbais que ficam implícitas (*), nas formulações acima, representam a função exercida pelo instrumento.

Das instanciações referentes ao valor ‘recipiente’, 04 parecem ter sido produzidas no PA (*candeiro*, *cevadeira*, *goteira*, *esmolneira*), sendo 03 delas registradas no latim, *lumeeira* < *luminaria*, *ium* ‘castiçal, archote, instrumento de suporte de material luminescente’; *caldeira* ‘toço grande’ < *caldaria*, *ae* ‘estufa’ *tavleiro* ‘tábua de jogos’ < *tabularium*, *ii*, ‘arquivo público, arquivo, cartório’. Esses registros indicam dois aspectos importantes: primeiro, que a polissemia de *-arius*, *a*, *um* > *-eir-*, já havia se estendido para o valor ‘objeto’ no próprio latim; segundo, que os sentidos dos ‘objetos recipientes’, diferente dos ‘objetos instrumentos’, parece ter estreita relação com o valor ‘locativo’, revelando, pelo menos no caso de *caldeira*, o percurso inverso (local > objeto) do que se tem preconizado (objeto > local). Acerca da categoria da base, todas as instanciações servem-se de substantivos. Quanto ao gênero, assim como os ‘agentes naturais’, os ‘objetos’ apresentam gênero único, ora feminino, ora masculino, o que, também nesse caso, vem a justificar a supressão da vogal átona final na formulação do esquema. No caso dos agentes naturais, é importante destacar que o gênero do produto parece ter relação determinante com o gênero da base: *a maçã*, *a macieira*, *a oliva*, *a oliveira*, no entanto, hoje, tem-se *o figo*, *a figueira*, porém, em latim *ficus*, *i* ‘figo’, ‘figueira’ era um substantivo feminino, o que valida a tese de que o gênero do produto relaciona-se intrinsecamente com o gênero da base, nas formações em *X-eir-*. Porém, no caso dos objetos, essa relação não parece se manter, haja vista o número significativo

de divergências: *o bando, a bandeira; a candeia, o candeiro; o joelho, a joelheira; o lume, a lumeeira; a sombra, o sombeiro; a tábula, o tabuleiro*, entre outros.

Dessa forma, os subsquemas de ‘objeto’ seriam assim organizados:

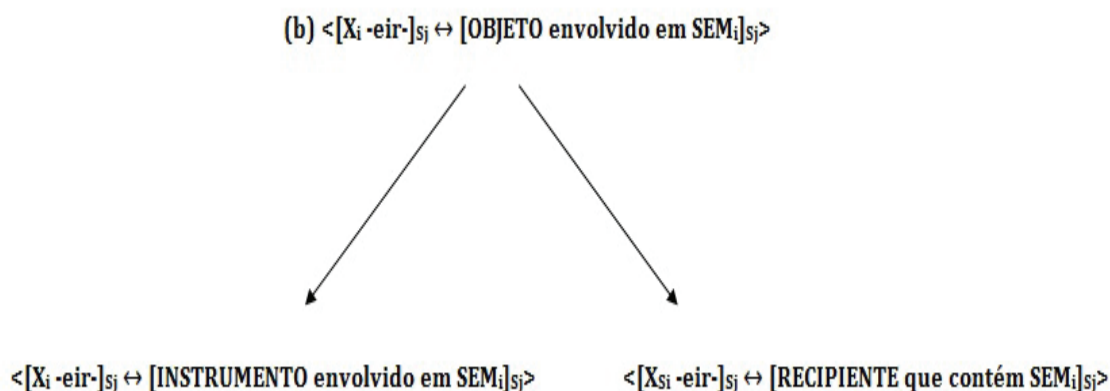


Figura 06. Subsquemas de objeto das formações em *X-eir-*

As instanciações com noção locativa também se mostraram produtivas no PA, sendo 05 delas expressão de valor ‘recipiente’ (*carreira, celeiro, cativeiro, galinheyro, pesqueyra*) e 07 delas expressão de valor ‘relacionado a sema de X’ (*cabeceira, barreira, costeira, fronteira, outeiro, ribeira, terreiro*). Desse conjunto de dados, observam-se 03 (*altarium, ii; cellarium, ii; gallinarium, ii*) formações latina, uma de origem francesa (*frontière*) e 08 formações, provavelmente, vernaculares.

A categoria do *input* se mostra bastante homogênea, uma vez que quase todas as formações possuem base substantiva, o único caso que poderia contrariar a regra é bastante ambíguo: *outeiro*, do latim *altarium, ii*, pode ter sido formado a partir do adjetivo *altus, a, um* ou do substantivo *altum, i* ‘os céus, as alturas’. De forma que pode-se optar por uma uniformização em prol da explicitação da categoria da base.

Sobre a natureza semântica, os recipientes são, em geral, espaços em que se reservam, se abrigam ou se contêm os elementos explicitados pelas bases (*cativo, galinha, pesca* ‘peixe’). No caso de *carreira*, a noção de recipiente talvez não seja tão explícita, uma vez que o elemento da base é móvel e não permanece contido no recipiente. Já em *celeiro*, a base já é locativa, sendo a ideia de recipiente tomada pela função que tal espaço assume nessa instanciação: ‘armazém’ ‘lugar onde se guardam provisões’ (PA).

Os locativos não-recipientes possuem um caráter de ‘espaço que apresenta uma qualidade relativa ao sema de X’, a maioria das ocorrências diz respeito a formações cuja base já possui uma referência espacial (*alto* ‘parte superior, no alto’; *costa* ‘flanco, lado’, *fronte* ‘parte anterior, fachada’, *riba* ‘parte superior, acima’). No caso de *cabeceira*, a base sofre extensão de natureza metafórica e assume o

sentido também espacial de ‘extremidade’. Já em *barreira* e *terreiro*, o espaço tem relação com o tipo de matéria com que se constitui, sendo nesses casos, uma extensão metonímica.

Os locativos se inserem perfeitamente do esquema imagético de evento e assim parecem ter uma relação direta com a noção agentiva, uma vez que, em muitos casos, são locais onde se realiza uma atividade relacionada à base. Em *galinheiro* encontra-se um bom exemplo desse aspecto, haja vista que essa instanciação pode ser encontrada, já no latim, com empregos diversos: *gallinarius*, *a*, *um* ‘relativo a galinheiro, de galinha, galináceo’; *gallinarius*, *ii* ‘local onde se guardam as aves para comer’ e *gallinarius*, *ii* ‘pessoa que trabalha no galinheiro’³¹.

Considerando-se os aspectos aqui destacados, os subesquemas locativos seriam assim organizados:

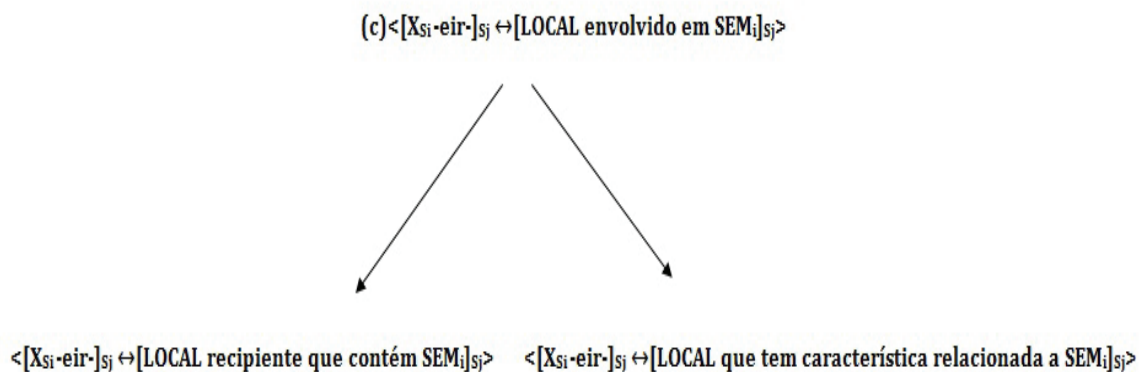


Figura 07. Subesquemas de locativos das formações em *X-eir-*

Reitere-se, contudo, que as estreitas relações entre locativos e os agentivos (profissionais e naturais) fica completamente perdida nessa esquematização.

Por fim, nos dados do PA, encontrou-se uma única ocorrência relativa à noção de anomalia, a saber: *olheira*, cujo étimo parece remeter à língua arcaica, sendo seu uso registrado no século XIII: “Estavam hoje duas soldadeiras/ dizendo bem, a gram peça, de si;/ e viu ùa delas as olheiras/ de sa companhia, e diss’assi:/ - Que enrugadas olheiras teedes! E diss’ outra: - Vós com’as veedes/ desses cabelos sobr’essas trincheiras (...)” (Cantigas de Santa Maria, p. 176).

31. Rio-Torto identifica o uso de *galinheiro* no sentido agentivo profissional: “A necessidade de observar em contexto os dados em análise torna-se imperiosa, sob pena de podermos incorrer em erros de interpretação. A par com *galinheiro* locativo registrado no século XVI, encontrámos (cf. www.corpusdoportugues.org) num texto vicentino *galinheiro* com valor adjectival-atributivo, funcionando como aposto que remete para a actividade profissional de Valejo: “sospirando entre cantar e cantar entrará enha sobrinha e Costança das Ortigas que em todo Val das Corigas nem na vila mui asinha nam jazem tais raparigas. E como entrar sairá a bailar Valejo o galinheiro qu’em Tomar chamava ao coelho conejo esse mesmo há de bailar e por festa a Ramalhoa bailará com Pero Luz vestido no seu capuz”. (RIO-TORTO, 2008, p. 231).

Essa única ocorrência, em um período bastante inicial da língua, tem um papel importante na análise das instanciações em *-eir-*, pois legitima o questionamento das propostas de encadeamento linear que pressupõem que as expressões de excesso e anomalia seriam as últimas a terem surgido no quadro de extensões da rede polissêmica do sufixo em questão.

Sendo essa a única ocorrência, o esquema construcional poderá explicitar a categoria da base, embora se saiba, que hoje existem instanciações que expressam anomalia com sufixo *-eir-* cuja base não é um substantivo (p.ex.: *coceira* – verbo).

(d) <[X_{Si}-eir-]s_j ↔ [ANOMALIA envolvido em SEM_i]s_j>

figura 08. Subesquema de anomalia das formações em *-eir-*

Mais uma vez, ressalte-se que nesse tipo de formalização as relações semânticas entre os subesquemas não são explicitadas, a noção de excesso – associada à ideia de frequência, como dito anteriormente, já se encontra presente nas formações modais, nas agentivas profissionais e habituais e também nas agentivas naturais. Acerca do caráter pejorativo que o sufixo *-eir-* parece ter assumido ao longo do tempo, não se pode afirmar que já estivesse presente no PA. As instanciações que apresentam uma noção depreciativa devem esse aspecto à semântica da base e não do sufixo: (p.ex.: *aguireiro*, *falsoleiro*, *mentireiro*, *usureiro*). Em bases neutras, (como *braceiro* ‘viril, forte’; *praceiro* ‘sociável’) observa-se inclusive o valor apreciativo, também, obviamente comum em bases com essa natureza (*certo*, *justiceiro*, *sabedeiro*, *verdadeiro*, *virtudeiro*). No que se refere aos empregos substantivos referentes a agentes profissionais, vale ressaltar que no PA não há registro de formações em *-ista* (sufixo que será introduzido posteriormente no português). Assim, *-dor* e *-eir-* concorriam para produzir instanciações dessa natureza, sendo os primeiros empregados para formações cuja base é um verbo e o segundo para formações cuja base é um substantivo, os usos desses dois sufixos no PA não parece lincenciar nenhuma tipo de inferência quanto a um suposto valor pejorativo de *-eir-*, haja vista que profissões de relativo prestígio eram designadas por instanciações com esse sufixo (p. ex.: *albergueyro*; *cavaleiro*; *despenseiro*; *mercadeiro*; *pessoeiro*; *pousadeiro*)³². Enfim, segundo Booij (2012, p. 19), a vantagem da representação da polissemia em subesquemas reside no fato de não ficar subentendido que a gramática das línguas individuais contém uma regra derivativa de extensão de sentido determinando que para cada substantivo derivado de um significado instrumental existe um correspondente de significado agentivo. Isto

32. Um estudo sobre as instanciações complexas para designar agentes profissionais no PA está para ser desenvolvido pela mestrandia Láina Andrade (PPGLinC-UFBA).

é significativamente relevante porque a polissemia desses tipos de substantivos pode estar relacionada não apenas a um mecanismo de extensão de sentido (metafórico ou metonímico), mas pode ter relação com outras causas, como a fusão, historicamente promovida, de diferentes sufixos. Assim, essa representação subesquemática não reivindica que cada substantivo instrumental em *-eir-* é derivado do mesmo substantivo com significado agentivo. Há muitos substantivos instrumentais e locativos em português que carecem de uma contraparte agentiva, embora o significado agentivo seja prototípico.

Para Booij (2012, p.20), existem esquemas de extensão conceitual (possivelmente universais), que permitem que instrumentos sejam concebidos como agentes impessoais (extensão metafórica), ou que a noção de agente possa ser ligada ao instrumento ou ao local de ação (extensão metonímica), mas as palavras polissêmicas reais de uma língua, que podem ser relacionadas parcialmente a tais esquemas de extensão de sentido, precisam ser especificadas no léxico (BOOIJ, 2010). Os esquemas de formação de palavras e subesquemas que explicitam a extensão de sentido têm uma função motivadora em relação ao conjunto existente de palavras de uma língua, e cada um deles reduz o grau de arbitrariedade entre forma e significado.

O modelo de morfologia construcional de Booij oferece fundamentos essenciais para a compreensão da estruturação do léxico em termos de construção e esquemas; contudo, não é suficiente para dar conta de aspectos importantes, levantados nas análises aqui desenvolvidas, como produtividade, prototipicidade, flutuação categorial do constructo e, sobretudo, relações polissêmicas multipolarizadas.

Pensando em um esquema morfológico neuronal

As proposições de análise da polissemia do sufixo *-eir-* até então ofertadas pelos linguistas pressupõe uma contiguidade linear, no sentido de que isso passou àquilo, e aquilo passou a outra coisa e assim por diante. Contudo, os dados analisados neste artigo revelam que as relações entre os múltiplos sentidos de *-eir-* parecem se dar em uma rede mais complexa em que a linearidade não faz qualquer sentido. A teia de significados desse sufixo, já no português arcaico, não parece admitir um desencadeamento contínuo da polissemia, mas apresentaria uma rede de relações semelhante ao nosso sistema neuronal:

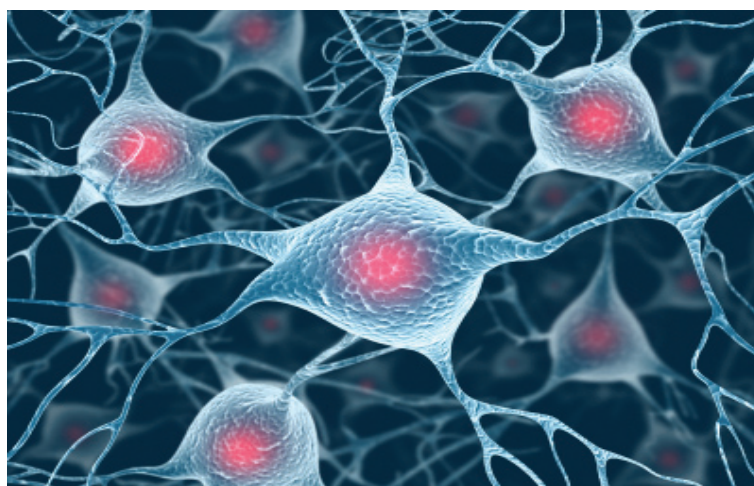


Figura 09. Projeção gráfica em 3d de um rede neural³³

E se se pretende estabelecer esquemas que de fato representem, imagetivamente, as relações entre os diversos sentidos de um sufixo como o *-eir-*, e provavelmente de qualquer outro sufixo, as formulações teriam de se aproximar de algo como as redes neurais ou neuronais utilizadas no âmbito da inteligência artificial:

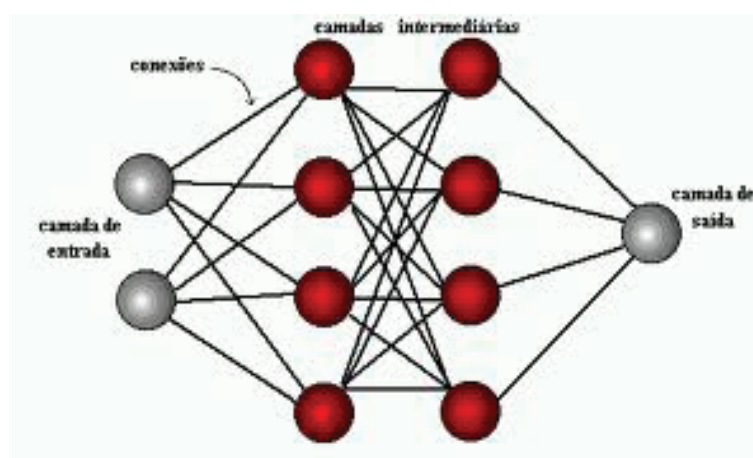


Figura 10. Esquema de uma rede neural artificial³⁴

Ainda que careçam da tridimensionalidade que um esquema construcional de formação de palavras deveria supor, esse tipo de representação imagética poderia cumprir, ainda que parcialmente, a função de explicitar a complexidade da teia polissêmica de um dado elemento linguístico.

33. Imagem extraída de <http://www.tribunahoje.com/noticia/66088/mundo/2013/06/07/neuronios-so-criados-na-vida-toda-diz-estudo.html>

34. Imagem extraída de http://www.gta.ufrj.br/grad/07_2/eliseu/Descioereconhecimentodepadres.html

Uma organização dos esquemas construcionais em rede revelaria que as relações entre os sentidos dos sufixos - ao mesmo tempo que mais plurais, no sentido de multiplicidade de relações -, são mais estreitas porque se unificam todos os usos do sufixo em torno de uma rede interligada - nem sequencial nem radial, mas sim multipolarizada.

Por fim, considerando o processo de derivação por sufixação, entende-se que uma instanciação complexa serve de modelo para outras formações de semelhante constituição e que, portanto, toda e qualquer propriedade semântica pertinente àquela instanciação pode servir de base para extensões metafóricas ou metonímicas, sendo, portanto, de grande relevância a consideração das relações de sentido que se processam por herança da base sobre o constructo, como já preconizou Corbin (1991).

Referências

ALMEIDA, M. L. L. & GONÇALVES, C. A. V. Polissemia sufixal: o caso das formas X-eiro - propostas e problemas. In: XX Encontro Nacional da APL (Associação Portuguesa de Lingüística). Actas do XX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Lingüística. Lisboa: Colibri Artes Gráficas. v. 20. p. 237-246, 2005.

ALVES, I. M. O sufixo -ete no português brasileiro contemporâneo (Le suffixe ette dans le portugais brésilien contemporain). In: *Acta semiótica et lingvistica*. biblionline.ufpb.br, 2010. Disponível em:

<http://www.biblionline.ufpb.br/ojs/index.php/actas/article/viewfile/14657/8309>. Acessado em 20 de junho de 2013.

BASÍLIO, Margarida. O léxico como conhecimento lexical: dados e estratégias. In: CASTILHO — CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA HISTÓRICA, 2., 2012. *Hand-out* oferecido pela autora ao público assistente da Mesa-redonda *Léxico*, em 08 fev. 2012. p.01-02, 2012.

BASÍLIO, Margarida. Abordagem gerativa e abordagem cognitiva na formação de palavras: considerações preliminares. *Lingüística*, v.05, n.02, p.01-14, dez. 2010.

BASÍLIO, Margarida. A estruturação do léxico na descrição do português brasileiro. In: CARDOSO, Suzana Alice Marcelino; MOTA, Jacyra Andrade; MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. (Org.). *Quinhentos anos de história linguística do Brasil*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, p.463-485, 2006.

BOOIJ, Geert. Morphological analysis [to appear in Bernd HEINE and Heiko NARROG (eds.), *The Oxford Handbook of Grammatical Analysis*. Oxford: Oxford University Press, 2009, 563-589, 2009.

BOOIJ, Geert. *Construction Morphology*. *Language and Linguistics Compass* 3/1 (2010): 1-13, 10.1111/j.1749-818x.2010.00213.x, 2010.

BOOIJ, Geert. Morphology in Construction Grammar [to appear in Thomas Hoffmann and Graeme Trousdale (eds.) *The Oxford Handbook of Construction Grammar*. Oxford: Oxford University Press], 2012a

BOOIJ, Geert. *Inheritance and Construction Morphology*. Paper presented at the workshop on 'Default inheritance', University of Kentucky, Lexington KY, 21 -22 May 2012.

COELHO, J. S. B. *Semântica morfolexical. Contribuições para a descrição do paradigma sufixal do português arcaico*. Dissertação de Doutorado em Letras, área de Linguística Histórica. Universidade Federal da Bahia. 2 tomos, 2004.

CUNHA, A.G. *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1982.

FARIA, Ernesto. *Dicionário latino-português*. Belo Horizonte: Garnier, 2003.

FERREIRA, A. G. *Dicionário de latim*. Cidade do Porto: Porto, 1976.

GONÇALVES, C. A. V. & ALMEIDA, M. L. L. Morfologia construcional: principais ideias, aplicação ao português e extensões necessárias. *Alfa* (ILCSE/UNESP), v. 56, n. 3, 2013. **NO PRELO - a sair no final de 2013.**

HOUAISS, A. *Dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

MARINHO, M. A. F. *Questões acerca das formações X-eiro do Português do Brasil*. Dissertação de mestrado. UFRJ/ Faculdade de Letras, 2004.

PIZZORNO, D. M. *Polissemia da construção x-eiro: uma abordagem cognitivista*. Dissertação de mestrado. UFRJ/ Faculdade de Letras, 2010.

RIO-TORTO, Graça Maria. *Morfologia derivacional: teoria e aplicação ao português*. Porto, Porto Editora, 1999.

RIO-TORTO, Graça Maria. Mudança genolexical: teoria e realidade In: *Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto* - Vol. 3, 2008.

VIARO, M. E. Problemas de morfologia e semântica histórica do sufixo *-eiro*. *Estudos Lingüísticos* (São Paulo), v. 35, p. 1443-1452, 2006.

VIARO, M. E. Os sufixos *-eiro* e *-ário*: história de morfemas divergentes. In: LIMA-HERNANDES, M.C.; MARÇALO, M.J.; MICHELETTI, G.; ROSSI, V.L... (Org.). *A Língua Portuguesa no Mundo - I Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa*. São Paulo: FFLCH USP, 2008, v. 2, CD-ROM.

VIARO, M. E. (2007). Estudo diacrônico da formação e da mudança semântica dos sufixos *-eiro/-eira* na língua portuguesa. In: MASSINI-CAGLIARI, Gladis et alii (org) *Trilhas de Mattoso Câmara e outras trilhas: fonologia, morfologia, sintaxe*. São Paulo, Cultura Acadêmica, 2007, Série Trilhas lingüísticas n. 12, p. 45-84.